



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

A GESTÃO AMBIENTAL DO TURISMO: FORMAÇÃO DO TURISMÓLOGO EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO PARANÁ PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

Resumo: O desenvolvimento territorial sustentável constitui um modelo de desenvolvimento que, ao contrário dos modelos dominantes baseados no crescimento econômico, considera os aspectos culturais, sociais e ambientais à nível territorial e busca a valorização das especificidades locais, o bem-estar da população e a conservação do meio ambiente. O turismo, por sua vez, aliado à gestão ambiental, surge com uma alternativa de promoção desse estilo de desenvolvimento. Nesse sentido, a universidade pública é fundamental na formação do profissional e cidadão capacitado para este fim, dado o seu papel transformador da sociedade. Desse modo, este trabalho teve como objetivo identificar, nos conteúdos programáticos dos cursos de turismo das universidades públicas do Paraná, elementos que sejam condizentes com os preceitos do desenvolvimento territorial sustentável. Apesar da grande quantidade de conteúdos relacionados à conservação da natureza e ao patrimônio cultural, foram identificados dois desafios principais no que se refere aos currículos dos cursos: a abordagem mais incisiva de uma noção de economia e de desenvolvimento que extrapolem a cultura hegemônica de crescimento econômico; e a criação de metodologias e técnicas que estimulem a participação social. A pesquisa permitiu identificar aspectos positivos e negativos quanto à presença ou não de conteúdos referentes às temáticas do DTS e a frequência com que aparecem. Além disso, a aproximação teórica entre a gestão ambiental do turismo e o desenvolvimento territorial sustentável contribuem para novas abordagens de planejamento e gestão.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Universidade; Turismólogo; Natureza; Turismo.

INTRODUÇÃO

A crescente discussão acerca dos impactos da atividade humana sobre o meio ambiente, que tomou força a partir dos anos 70, tornou a dimensão ambiental um objeto de estudo que permeia diferentes áreas, dentre elas o turismo. Em especial no turismo de massa, são apontados impactos negativos ao meio ambiente devido à pressão exercida pelo superdimensionamento da estrutura turística (RUSCHMANN, 2002). Por outro lado, o turismo aliado à gestão ambiental surge como uma alternativa de geração de renda ao mesmo tempo em que promove a conservação do meio ambiente.

A gestão ambiental, considerando a sua multidimensionalidade e o processo de planejamento, controle, coordenação e formulação de ações para atingir o objetivo de um local (THEODORO *et al.*, 2004) de modo que evite os problemas causados pela ação humana ao ambiente (BARBIERI, 2004), aproxima-se da ideia de um turismo sustentável ou de um turismo pós moderno

(NASCIMENTO e SILVA, 2009) caracterizados pela postura diferente do turista em relação ao meio ambiente e os aspectos culturais dos destinos turísticos.

Nesse sentido, o turismo se configura como importante instrumento para a promoção de um modelo de desenvolvimento que considere aspectos ambientais, culturais e sociais, em que o crescimento esteja atrelado à melhoria da qualidade de vida na sociedade, ao contrário dos modelos econômicos dominantes que reduzem o desenvolvimento à ideia de crescimento econômico: o desenvolvimento territorial sustentável (VIEIRA, 2009; JEAN, 2010).

Nesse contexto, a formação do profissional do turismo comprometido com o bem-estar da população e com a conservação do meio ambiente passa pelo papel social e transformador da universidade pública (CHAUÍ, 2003; ENGELMAN, *et al.*, 2009), que é capaz de influenciar não só o futuro profissional e seu papel como cidadão, quanto a comunidade onde está inserida.

A problemática desta pesquisa está baseada na abordagem ou não, pelos cursos de turismo do estado do Paraná, de conteúdos que permitam a formação de profissionais capacitados à promoção do desenvolvimento territorial sustentável através do turismo. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é identificar, nos conteúdos programáticos dos cursos de turismo das universidades públicas do Paraná, elementos que sejam condizentes com os preceitos do desenvolvimento territorial sustentável.

Para isso, será realizada a seguir uma revisão teórica acerca da gestão ambiental no turismo, do desenvolvimento territorial sustentável e do papel transformador da universidade pública. Após, será apresentada a metodologia, seguida da apresentação dos resultados e discussão de acordo com as categorias de análise. Por fim, as implicações práticas e/ou do trabalho e as considerações finais.

REFERENCIAL TEÓRICO

A gestão ambiental no turismo

A aproximação dos princípios da gestão ambiental ao desenvolvimento do turismo é tanto possível como necessário, tendo em vista as demandas em



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

escala mundial e local de soluções que visem diminuir os impactos negativos ao meio ambiente e contribuir para o desenvolvimento das comunidades. De modo geral, as estratégias de gestão ambiental do desenvolvimento devem desprender-se dos padrões de planejamento tradicional baseados nos modelos econômicos dominantes (LEFF, 2007). Em uma visão abrangente da problemática socioambiental, Theodoro *et al.* (2004) colocam como função da gestão ambiental “planejar, controlar, coordenar e formular ações para que se atinjam os objetivos previamente estabelecidos para um dado local, região ou país” (p. 2-3) e destacam o seu caráter amplo, uma vez que engloba não somente a dimensão natural, mas também socioeconômica, cultural e política para que seja possível alcançar, um suposto, equilíbrio ambiental.

Em uma abordagem prática, próxima à administração, Barbieri (2004) define a gestão ambiental como o conjunto de diretrizes e atividades de administração e operação que reduzam, eliminem ou evitem os problemas causados pela ação humana ao meio ambiente, incluindo as fases de “planejamento, direção, controle e alocação dos recursos” (p. 25).

Os debates advindos das preocupações de caráter ambiental tiveram, historicamente, diferentes propósitos no que se refere à conservação da natureza. Tais motivações variaram da visão economicista, tendo em vista a finitude de recursos naturais para uso humano, à visão romântica, de preservação de uma natureza intocada, além de fatores baseados em crenças religiosas (MILANO, 2002). No que se refere à legislação ambiental no Brasil, foi com a criação da Lei de Proteção à Fauna que a perspectiva conservacionista foi introduzida nas leis relacionadas ao meio ambiente, segundo Urban (1998). Para Theodoro *et al.* (2004), tem-se como um dos principais marcos a Constituição de 1988, que conceitua o meio ambiente como bem de uso comum do povo. Posteriormente, a Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) 237/97, que regulamentou os licenciamentos ambientais, a Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/98), a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433/97) e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) (Lei 9.985/00) destacam-se entre as Leis implementadas nos anos 90 para a conservação da natureza. A respeito desta última, Milano (2002) destaca



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

que o estabelecimento de áreas naturais protegidas é um dos pilares da conservação da natureza. Inicialmente, a criação de Parques Nacionais no mundo esteve vinculada à ideia de preservação de áreas com relevante beleza cênica, sendo no Brasil a responsabilidade de sua gestão do Ministério da Agricultura, sem especificidade (URBAN, 1998). Atualmente, a criação e gestão das Unidades de Conservação federais são de responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o SNUC, por sua vez, define diferentes categorias de UC's, de acordo com seu uso e relação com a população local.

Considerando tanto a legislação anterior como posterior à Constituição de 1988, Theodoro *et al.* (2004) esclarecem que apesar de terem acontecido de forma lenta, as discussões no Brasil acerca das questões ambientais foram progressivas.

A multidimensionalidade da gestão ambiental vem ao encontro da interpretação contemporânea do setor de turismo que, por um lado, necessita de esforços na contenção de impactos gerados por ele e, por outro, surge como uma alternativa de aliar ganhos econômicos às comunidades e conservação da natureza. Nesse sentido, Beni (1999) dá destaque ao termo Planejamento Integrado e Sustentável do Turismo, que permite abordá-lo em sua complexidade, onde as Políticas de Turismo integram-se nas sociais, econômicas e ambientais. Segundo o autor

O setor de Turismo, que precisa ser sempre expressado e representado em sua complexa totalidade, demanda um tipo de planejamento ao que se agrega a palavra integrado, indicando que todos os seus componentes devem estar devidamente sincronizados e sequencialmente ajustados, a fim de produzir o alcance das metas e diretrizes da área de atuação de cada um dos componentes a um só tempo, para que o sistema global possa ser implementado e imediatamente passar a ofertar oportunidades de pronto acompanhamento, avaliação e revisão (p. 11).

A inter-relação entre turismo e meio ambiente, segundo Beni (1999), só pode ser entendida a partir de uma perspectiva holística, permitindo a identificação de sua ação interativa, uma vez que a gestão ambiental não



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

envolve apenas aspectos limitados da qualidade ambiental, mas sim ecossistemas totais.

Os impactos gerados pelos turistas são mais evidentes na prática do turismo de massa, ou convencional, como ressaltam Nascimento e Silva (2009). Embora o turismo de massa tenha sido considerado uma alternativa viável de ganho financeiro em países em desenvolvimento, a concentração elevada de pessoas em determinada localidade resulta no superdimensionamento dos equipamentos das estruturas dos meios turísticos nesses espaços, pressionando e modificando paisagens e ecossistemas, o que agrava-se com o comportamento deste tipo de turista, cujo perfil não demonstra preocupação com a preservação da natureza ou da cultura local (RUSCHMANN, 2002). Porém os autores, ao abordarem o turismo pós-moderno, relatam a mudança de comportamento do turista em relação aos destinos e o relacionamento com a comunidade local. Este turismo tem como tendência a proximidade com a diversidade cultural e o contato com as particularidades do local, sendo nichos do mercado turístico do futuro os destinos com cultura, paisagem e história peculiares, que diferem dos comumente visitados na prática do turismo de massa. Para eles o pós-turista, vinculado à ideia do pós-turismo, tende a valorizar a cultura local em sua complexidade, bem como a busca no patrimônio cultural material e imaterial traços de identidade local e memória coletiva. Nesse sentido, estabelecem vertentes para a gestão estratégica do pós-turismo:

- Preservação da natureza e manutenção da biodiversidade;
- Valorização da diversidade cultural tangível e intangível dos grupos sociais;
- Incentivo à construção de equipamentos e estruturas físicas economicamente viáveis e associadas à paisagem (natural ou urbana) em que se localizam;
- Incentivo à criação de produtos turísticos voltados para diferentes públicos, considerando turistas locais, regionais, nacionais e internacionais;
- Apoio ao desenvolvimento de nichos de mercado alternativos ao turismo de massa;
- Fomento à ampliação espacial dos destinos turísticos do estado, visando à interiorização e desconcentração da atividade no litoral;
- Expansão das oportunidades de emprego e renda para a população do estado;
- Investimento nos recursos humanos como forma de desenvolvimento do turismo;

- Busca pela qualidade na prestação dos serviços turísticos;
- Cooperação entre setores públicos, privados e terceiro setor em nível municipal, regional, estadual e nacional;
- Atuação conforme marcos regulatório e legal do estado, considerando peculiaridades locais e regionais (p. 112).

Logo, na pós-modernidade, as características do turismo se aproximam das concepções de turismo sustentável ou desenvolvimento sustentável do turismo. Para a Organização Mundial do Turismo (OMT) (UNWTO, 2013), o turismo sustentável considera os impactos econômicos, sociais e ambientais, atuais e futuros, e busca atender tanto visitantes como a indústria, o ambiente e as comunidades locais, tendo como objetivos identificados junto ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA): Viabilidade econômica; prosperidade local; qualidade de emprego; igualdade social; realização do visitante; controle local; bem-estar da comunidade; riqueza cultural; integridade física; diversidade biológica; eficiência de recursos; e pureza ambiental (UNEP & WTO, 2005). A fim de promover o desenvolvimento sustentável do turismo, estes fatores permeiam, portanto, os diferentes tipos de turismo e estruturas turísticas. Alguns estudos que abordam a gestão ambiental no turismo apresentam esta inter-relação na área hoteleira (NOVAES, 2012; SILVA, 2013), no turismo excursionista (LIMA & SILVA, 2011), em espaços de lazer (CABRAL, DIAS & GOMES, 2015), em Unidades de Conservação e ecoturismo (SEABRA, 2012; ANDREU & ALBERT, 2012; FIGUEIREDO *et al*, 2012) e outras áreas como a aeroportuária, educação e eventos (KUNZ *et al*, 2014).

O planejamento e a gestão são, nesse sentido, a base do desenvolvimento sustentável do turismo, de modo a nortear os serviços e estruturas turísticas, bem como a gestão pública. Sobre isso, Sampaio *et al*. (2010) defendem que o bom planejamento da atividade turística sustentável é o que permite a valorização das comunidades e a geração de renda à população local. Já a gestão organizacional, de acordo com os autores, refere-se ao território. Nascimento e Silva (2009) reforçam a importância de um planejamento rigoroso e da participação da comunidade local nesse processo. O conhecimento e a participação da comunidade nas políticas públicas e tomadas de decisão, assim como a percepção dos visitantes, segundo Lima e Silva (2011), permite a



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

elaboração de projetos de gestão ambiental e mitigação de impactos ambientais no turismo.

Nesse contexto, o território demanda especial atenção por caracterizar-se como fator central no processo de planejamento e gestão sustentável da prática turística. Hanai (2011) o coloca como um papel ativo no desenvolvimento regional, o qual deve estar integrado o planejamento turístico, com a participação ativa da população na elaboração de objetivos, instrumentos, procedimentos e indicadores de sustentabilidade do turismo.

O desenvolvimento territorial sustentável

O movimento de pesquisadores e estudiosos, principalmente da área da economia, em discutir e conceituar o desenvolvimento e suas variações se intensificou a partir dos debates relacionados ao meio ambiente em escala global a partir do início da década de 70. A associação do termo desenvolvimento à visão limitada de crescimento econômico é criticada por autores como Ignacy Sachs (1986; 2007), Amartya Sen (1999) e Celso Furtado (2004).

Enquanto Furtado (2004) defende que o bem-estar da população, que deve ser o objetivo final do desenvolvimento, está condicionado à outros fatores além do crescimento econômico, para Sen (1999), o desenvolvimento é a possibilidade de o indivíduo ter à sua disposição cinco tipos de liberdades: Liberdades políticas; facilidades econômicas; oportunidades sociais; garantias de transparência; e segurança protetora. Desse modo, proporcionaria a capacidade de evolução de cada um. Para este autor, não há desenvolvimento sem liberdade e não há liberdade sem desenvolvimento.

Sachs (1986; 2007), por sua vez, traz à tona o conceito de ecodesenvolvimento, cujos princípios servirão de base ao Desenvolvimento Territorial Sustentável, inserindo de forma mais incisiva a questão da preservação ambiental. Para ele, este é:

um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

necessidades imediatas como também aquelas a longo prazo (SACHS, 1986, p. 18).

Dentre as características do ecodesenvolvimento estão: a identificação e valorização de recursos específicos de cada ecorregião; os esforços para a satisfação humana e sua qualidade de vida, bem como a valorização das culturas; a gestão de recursos naturais, diminuição de impactos humanos ao meio ambiente e utilização de fontes locais de energia; aperfeiçoamento de “ecotécnicas” como avanço tecnológico específico; apoio técnico ao pequeno camponês e zonas rurais; e a educação como forma de sensibilização ambiental (SACHS, 1986).

A questão da participação social, discutida anteriormente, surge novamente no ecodesenvolvimento de Sachs (2007) como uma medida a ser tomada na estratégia de desenvolvimento. Assim, ao evitar soluções homogeneizadoras, através da valorização de diferentes culturas, deve-se incentivar as comunidades locais a participarem do processo de criação de um meio de vida sustentável em sentido contrário às estratégias implantadas de “cima para baixo”, como comumente hierarquizadas.

A diversidade dos territórios, em seus aspectos histórico-culturais, ecológicos e institucionais, deve ser analisada para fins de planejamento local, tendo o crescimento econômico como um meio para a satisfação de algumas necessidades humanas básicas (SACHS, 2007). Do ponto de vista territorial do ecodesenvolvimento, Vieira (2009) afirma que:

No decorrer das décadas de 1980 e 1990, a proliferação de estudos de caso sobre as experiências de desenvolvimento local e desenvolvimento territorial em diferentes contextos nacionais tem contribuído para o aprofundamento das nações (sistêmicas) de endogeneidade, descentralização, *self reliance*, autonomia local e sistemas produtivos locais integrados, que sempre foram consideradas como alicerces da posição ecodesenvolvimentista (p. 27).

Assim, considerando a base de recursos naturais, o espaço territorial e o hábitat (estrutura física e institucional) como dimensões do meio ambiente no ecodesenvolvimento, Vieira (2003, p. 254) discute a criação de sistemas alternativos de planejamento e gestão “capazes de gerar estratégias de



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

desenvolvimento mais endógenas, participativas, ecologicamente prudentes e sensíveis às características específicas de cada contexto local e regional”.

A partir do enfoque territorial do desenvolvimento, Saquet (2013) sugere que o ser humano, sendo um ser social-natural, tem na autonomia e poder de coletividade a base para o desenvolvimento, através da tomada de decisões e transformação do território. Para ele:

es necesario entender el desarrollo local como un proceso histórico, relacional, siendo caracterizado por la apropiación y construcción de los territorios por medio, sobre todo, de las identidades culturales, los “juegos” de poder y de las redes de circulación y comunicación (p. 119).

O desenvolvimento territorial sustentável passa, então, a ser uma categoria quem “tem contribuído para dotar o enfoque de ecodesenvolvimento de fundamentos científicos e éticos cada vez mais sólidos” (VIEIRA, 2009, p. 40). Os princípios e objetivos do ecodesenvolvimento propostos por Sachs (1986; 2007) tornam-se aplicáveis, em relação à viabilidade de suas dimensões, nesta perspectiva.

Este conceito designa uma modalidade de política ambiental de corte simultaneamente preventivo e proativo, focalizando a relação sociedade-natureza de uma perspectiva sistêmica consequente. Sua aplicação exige uma dinâmica de experimentações comparativas e de longo fôlego com enfoques analíticos de corte transdisciplinar e com sistemas autenticamente descentralizados de planejamento e gestão (VIEIRA, 2009, p. 63).

A ligação entre o desenvolvimento territorial e o desenvolvimento sustentável, segundo Jean (2010), está na possibilidade de o território atingir um estado de resiliência. Para Haesbaert (2008), ele é funcional e simbólico, pois “exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar ‘funções’ quanto para produzir ‘significados’” (p. 21).

O desenvolvimento territorial sustentável, então, passa a ser compreendido aqui como um modelo baseado nas especificidades locais de cada território e a geração de oportunidades com base nessas particularidades. Para Tonneau e Vieira (2003) o interesse dos atores locais para a mudança, seu



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

engajamento na gestão de “cima para baixo” e a efetividade das políticas públicas alinhadas a isso são fatores importantes em um projeto para este fim.

O papel transformador da universidade pública

As universidades possuem papel importante na formação de profissionais e cidadãos, sendo atuantes no processo de construção da opinião e aspectos relevantes na conduta dos futuros tomadores de decisão, seus egressos. Para Engelman *et al.* (2009) elas além de levar conhecimento, tecnologia e suporte ético para os futuros gestores, influenciam a comunidade onde atuam.

Marilena Chauí (2003) faz uma crítica quanto à influência da lógica de mercado no que se refere à informação e geração de conhecimento nas universidades públicas, não favorecendo a ação política da sociedade. De acordo com a autora, a universidade deve possuir um caráter de instituição social, legítima e autônoma:

Essa relação interna ou expressiva entre universidade e sociedade é o que explica, aliás, o fato de que, desde seu surgimento, a universidade pública sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela (CHAUÍ, 2003, p. 5).

O potencial transformador das universidades relaciona-se tanto pelo fato de ser a instituição responsável pela formação de profissionais dos mais diversos campos de atuação, como pela influência sobre a comunidade local, que está em contato direto com a instituição e é objeto de práticas de ensino, pesquisa e extensão propostas por esta. Kraemer (2004, p. 20) reforça a importância da universidade no ambiente de aprendizagem:

A universidade é, dentre as várias instituições de ensino formal, aquela à qual compete ministrar o mais elevado grau de ensino, o superior, ou seja, o da educação para a máxima capacitação e qualificação dos seus cidadãos na resolução e antecipação dos problemas que mais afetam.

Segundo Salgado e Catarino (2006) é papel das universidades promover debates que visem a transformação da sociedade, além da formação de cidadãos que contribuirão para a melhoria da qualidade de vida das comunidades onde estão inseridos. Sobre o processo de formação, Chauí (2003, p. 12) indica que:

É uma relação com o tempo: é introduzir alguém ao passado de sua cultura (no sentido antropológico do termo, isto é, como ordem simbólica ou de relação com o ausente), é despertar alguém para as questões que esse passado engendra para o presente, e é estimular a passagem do instituído ao instituinte.

Nesse contexto, a universidade adquire papel transformador e potencial de disseminação dos preceitos relacionados à questão ambiental, bem como ao desenvolvimento territorial sustentável, tanto no despertar da sociedade acerca dos problemas que envolvem o meio ambiente na atualidade, quanto ao engajamento desta na solução de problemas coletivos e questões culturais, sociais e econômicas. Os trabalhos desenvolvidos dentro das instituições de ensino de nível superior têm um efeito multiplicador e por isso “devem tomar a iniciativa e indicar possíveis alternativas, elaborando esquemas coerentes para o futuro” (KRAEMER, 2004, p3).

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada nos meses de abril e maio de 2019, através da análise dos conteúdos programáticos dos sete cursos superiores de turismo (e suas variações) das universidades públicas do estado do Paraná, sendo elas: Universidade Federal do Paraná (UFPR) (Curitiba e Setor Litoral); Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO); Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE); e Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) (Campo Mourão e Apucarana). Além dos cursos tradicionais de Bacharelado em Turismo, são ofertados o curso de Tecnólogo em Gestão de Turismo, no Setor Litoral da UFPR, o curso de Bacharelado em Turismo e Meio Ambiente, no *campus* Campo Mourão da UNESPAR, e o curso de Bacharelado em Turismo e Negócios, no *campus*

Apucarana da UNESPAR. A UNICENTRO oferta o curso de Bacharelado em Turismo nos *campi* Irati e Prudentópolis, com o uso do mesmo conteúdo programático e por isso considerado nesta pesquisa como um único curso.

Optou-se pelas universidades públicas devido ao seu caráter transformador da sociedade e seu papel no desenvolvimento da região onde estão inseridas, condizentes com os preceitos do Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Foram analisadas as ementas de todas as disciplinas, incluindo as optativas, a fim de identificar a presença de conteúdos que contribuem para a formação profissional do turismólogo no que se refere aos fatores pertinentes ao turismo na promoção de desenvolvimento territorial sustentável. Para tanto, os dados obtidos foram tratados através das seguintes categorias de análise: Conservação da natureza e uso sustentável dos recursos naturais no turismo; interpretação do território e realidade regional; políticas públicas e gestão pública do turismo; interpretação e valorização do patrimônio cultural, cultura e identidade; organização produtiva e economia local; e organização social e dispositivos de diálogo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os conteúdos programáticos dos cursos de turismo das universidades públicas do Paraná possuem fácil acesso através dos *websites* dos respectivos cursos e departamentos. A análise das 287 ementas das diferentes disciplinas (25 da UFPR Setor Litoral, 46 da UEPG, 60 da UFPR, 41 da UNICENTRO, 41 da UNIOESTE, 38 da UNESPAR Campo Mourão e 36 da UNESPAR Apucarana), às vistas dos preceitos do desenvolvimento territorial sustentável, é apresentada a seguir com base nas categorias de análise.

Conservação da natureza e uso sustentável dos recursos naturais no turismo

A prática do turismo em áreas naturais aparece como disciplina obrigatória da grade curricular da maioria dos cursos pesquisados, com exceção do curso de Turismo e Negócios, da UNESPAR, dado o foco particular desta graduação.

Esse segmento, embora tenha como campo de abrangência as áreas naturais de modo geral, insere o papel das Unidades de Conservação e seu uso público para fins turísticos. Os Planos de Manejo, o SNUC, o turismo em áreas protegidas e o zoneamento ambiental são questões inerentes às Unidades de Conservação que aparecem nos conteúdos de disciplinas dos cursos da UEPG, UFPR, UNICENTRO e os dois cursos da UNESPAR. No curso de Turismo e Negócios, o conteúdo relacionado às UCs faz parte da disciplina “Práticas de sustentabilidade ambiental para empreendimentos turísticos.

Alguns aspectos da geografia e biologia são discutidos em disciplinas que aproximam-se da área ambiental: noções de ecossistemas (UEPG e UNESPAR Campo Mourão); geomorfologia, aspectos físicos e humanos relevantes para o turismo (UEPG); aspectos da biodiversidade e geodiversidade ligados ao turismo (UEPG, UNICENTRO e UNESPAR Campo Mourão); fundamentos da ecologia (UNICENTRO e UNIOESTE); paisagem geográfica (UNICENTRO). Estes aspectos permitem uma noção mais completa dos impactos gerados pela prática do turismo. Com exceção da UNIOESTE e da UNESPAR Apucarana, a questão dos impactos socioambientais aparece de forma visível nas ementas das disciplinas, o que não indica que este assunto não seja abordado nas disciplinas voltadas ao meio ambiente dos cursos de ambas as universidades. Na UFPR, os impactos ambientais e sociais também são abordados na perspectiva do transporte em destinos turísticos, na UNICENTRO, do turismo no espaço rural e na UNESPAR Campo Mourão uma ênfase nos impactos na biodiversidade.

A questão ambiental e da conservação da natureza é considerada nos conteúdos relacionados ao planejamento do turismo nos cursos pesquisados. Na UFPR Setor Litoral, o planejamento está vinculado à sustentabilidade em áreas naturais. Na UEPG, são discutidas “ações estratégicas no planejamento da atividade turística, visando a preservação e proteção do meio ambiente cultural e natural” na disciplina de Planejamento e Organização do Turismo II e no que se refere às áreas naturais, tem como conteúdo a elaboração de programas de uso público considerando a capacidade de carga dos atrativos. A UFPR e a UNICENTRO possuem disciplinas intituladas “Planejamento e gestão do turismo em áreas naturais I” e “Planejamento do turismo em áreas naturais”,



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

respectivamente. Além disso, a UFPR aborda a política e planejamento do turismo sustentável na disciplina optativa “Avaliação da sustentabilidade do turismo I”, enquanto a UNICENTRO aborda as metodologias de planejamento ambiental na perspectiva do uso e controle do ambiente, bem como o planejamento de trilhas e infraestrutura em áreas naturais, na disciplina citada. A UNIOESTE coloca de forma ampla as “dimensões ambientais e a atividade turística” na disciplina relacionada às áreas naturais. O curso de Turismo e Meio Ambiente da UNESPAR Campo Mourão, por possuir foco no meio ambiente, oferece conteúdos que permitem a visualização do planejamento turístico que considera os aspectos ambientais em diferentes segmentos do turismo, como a execução e elaboração de roteiros considerando a questão ambiental, na disciplina de Agenciamento e Transportes, e a gestão ambiental em meios de hospedagem, no turismo rural e em empreendimentos voltados à gastronomia. No curso de Turismo e Negócios da UNESPAR Apucarana o foco do planejamento está no desempenho sustentável dos empreendimentos turísticos.

Os diferentes segmentos do turismo relacionados com a conservação da natureza e uso de recursos naturais citados com mais frequência nas disciplinas são o ecoturismo, turismo de aventura, turismo rural e geoturismo. As modalidades são discutidas nas disciplinas de turismo em áreas naturais e, no caso excepcional do curso da UNESPAR Campo Mourão, o Turismo Rural e o Ecoturismo possuem disciplinas próprias. No caso deste último, a ementa prevê a abordagem do planejamento e da gestão do ecoturismo com o intuito de estimular as potencialidades regionais. Na UNICENTRO, o ecoturismo é discutido em sua relação com as comunidades tradicionais.

A abordagem da educação e da interpretação ambiental como práticas a serem desenvolvidas pelo profissional do turismo está presente de forma evidente em disciplinas dos cursos da UEPG, UFPR e UNICENTRO e como disciplina própria na UNESPAR Campo Mourão, que permite um aprendizado mais aprofundado sobre o tema através de uma perspectiva histórica e discussão das correntes epistemológicas que norteiam a educação ambiental.

Os termos desenvolvimento sustentável e sustentabilidade com foco na conservação da natureza ou na prática turística como um todo aparecem com



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

frequência nos conteúdos programáticos dos cursos. O “turismo e desenvolvimento sustentável” é discutido na disciplina de Fundamentos do Turismo e Hospitalidade I, na UFPR Setor Litoral. O “Desenvolvimento do turismo sustentável” na disciplina de Planejamento e gestão do turismo em áreas naturais I, na UFPR e a sustentabilidade e sua relação com o turismo, indicadores e métodos de avaliação, na disciplina optativa de Avaliação da sustentabilidade do turismo I na mesma instituição. A “ambiguidade do termo Desenvolvimento Sustentável e a sua relação com as atividades turísticas” na disciplina de Educação ambiental e turismo, da UNESPAR Campo Mourão. Os “conceitos de gestão sustentável e desenvolvimento sustentável” e os “indicadores de sustentabilidade” na disciplina de Práticas de sustentabilidade ambiental para empreendimentos turísticos, da UNESPAR Apucarana.

Algumas particularidades podem ser destacadas nos conteúdos programáticos analisados. O curso de turismo da UEPG oferta duas disciplinas optativas intituladas Laboratório de turismo em áreas naturais I e II, que permite a realização de saídas de campo para o “reconhecimento da biodiversidade e geodiversidade do Paraná, em especial dos Campos Gerais”, e a “observação in loco dos impactos positivos e negativos do turismo e a realização de atividades relacionadas ao estabelecimento da capacidade de carga e interpretação ambiental”. Essa possibilidade oferece ao estudante interessado em atuar diretamente com o turismo em áreas naturais experiências que contribuem para sua formação visando o uso sustentável dos recursos ambientais no turismo. O curso de Turismo e Meio Ambiente, da UNESPAR Campo Mourão, por sua vez, possui nas ementas de suas disciplinas discussões sobre “interdisciplinaridade e peculiaridades da pesquisa em turismo e meio ambiente”, “elementos para a análise científica da sociedade: estrutura social, classes sociais, instituições e mudanças sociais e sua relação com o meio ambiente”, “a sociedade de consumo e a degradação ambiental”, a psicologia ambiental para o melhor entendimento das relações ser humano-ambiente, seja ele natural ou não, o resgate da origem e dos fundamentos filosóficos da relação ser humano/natureza e a “análise da relação da gastronomia com o meio ambiente por meio do reaproveitamento de alimentos e da destinação correta de seus

resíduos”. Os dois últimos itens também fazem parte das ementas de disciplinas do curso de Turismo e Negócios da UNESPAR Apucarana.

O crescente interesse pelo turismo em áreas naturais e sua potencialidade para promover a geração de renda ao mesmo tempo em que contribui para a conservação da natureza coloca a questão ambiental como fator indispensável no processo de planejamento e gestão do turismo. A grande quantidade e variação de abordagens das questões ambientais nos cursos de turismo das universidades públicas do Paraná refletem a emergência deste tema e da sua inserção na formação do profissional de turismo.

Interpretação do território e realidade regional

A presença de uma visão do turismo no território é observada tanto em conteúdos que abordam uma discussão acerca da importância dos fatores locais e regionais para o desenvolvimento do turismo como o próprio conhecimento das particularidades do lugar onde estão inseridas as universidades.

A potencialidade turística regional é conteúdo da disciplina de Fundamentos do turismo e hospitalidade I da UFPR Setor Litoral, que também discute as “teorias do espaço e de territórios turísticos” na disciplina de Geografia do turismo. Em uma perspectiva semelhante, a UEPG tem na disciplina de Turismo, Tempo e Espaço o “estudo dos aspectos políticos, culturais e econômicos dentro do contexto temporal e espacial da realidade brasileira, correlacionadas com a aplicabilidade na atividade turística” que, apesar de partir do contexto nacional, promove a interpretação da realidade do Brasil em determinados períodos. O curso ainda busca na disciplina de Hospitalidade “analisar o contexto regional, perspectivas de crescimento da atividade turística adequando esse crescimento à sustentabilidade local e a estrutura de apoio em hospitalidade”. Em relação aos aspectos culturais, a UNICENTRO apresenta em ementa a “análise de roteiros histórico-culturais regionais” e o “inventário da documentação bibliográfica de atrações turísticas regionais”, além de abordar a gastronomia regional. A UNIOESTE, por sua vez, traz essa discussão em três diferentes disciplinas, sendo uma delas a de Território e sociedade, que tem em sua ementa a discussão do território e fenômeno da territorialidade e a questão

da ocupação dos territórios. Além disso, aborda o espaço regional e planejamento em “Geografia aplicada ao turismo” e discute “o planejamento direcionado às especificidades considerando o dimensionamento e ação nos âmbitos municipal, regional, estadual, nacional e internacional” na disciplina de Gestão de destinos turísticos. Com foco no espaço rural brasileiro, a UNESPAR Campo Mourão contempla o estudo da formação e organização desse espaço considerando aspectos ambientais, sociais e culturais e discute a produção do espaço agrário regional.

Ao se ter como objetivo a promoção do Desenvolvimento Territorial Sustentável, a inserção de conteúdos que promovam o pensamento do turismo local e regional e a interpretação de particularidades, traduzidas em potencialidades, contribuem para a formação de turismólogos que poderão pensar o planejamento do turismo com base na realidade local.

Com uma abordagem prática da interpretação do território, algumas disciplinas tratam de aspectos específicos da região onde estão inseridas as universidades. Nesse sentido, destaca-se a disciplina de Reconhecimento do litoral, da UFPR Setor Litoral, que busca compreender a diversidade existente para fins de desenvolvimento local, bem como “reconhecer formas visíveis, concretas, simbólicas e significativas do espaço do litoral paranaense”, as práticas dos diferentes agentes e a configuração do território local. Além desta, na disciplina de Fundamentos do turismo e hospitalidade I é abordado o turismo no Paraná e na disciplina de Geografia do turismo, a “caracterização socioespacial e ambiental do Litoral do Paraná e de seu contexto regional” e sua história, espaços e paisagem sob o viés do turismo. Nessa lógica, a UEPG oferta a disciplina de Tópicos especiais de turismo no Paraná. A UNICENTRO aborda as áreas naturais na região centro-sul do Paraná e a UNIOESTE a história do Paraná, Foz do Iguaçu e a região trinacional, bem como as territorialidades transfronteiriças do Iguassu. Na UNESPAR Apucarana a interpretação ocorre a nível estadual, com a análise da formação socioespacial e identificação das regiões turísticas do Paraná.

A aproximação da universidade com a realidade local é benéfica tanto aos estudantes, que podem observar in loco as questões trabalhadas teoricamente

e desenvolver a habilidade de interpretação do local onde ocorrem/ocorrerão as atividades turísticas, como para as comunidades locais que são atingidas direta ou indiretamente pelas ações promovidas pela universidade dentro da tríade ensino, pesquisa e extensão e, de certo modo, pela própria formação de profissionais do turismo conhecedores da realidade local.

Políticas públicas e gestão pública do turismo

A questão das políticas públicas, legislação, gestão pública e planejamento regional do turismo são competências do turismólogo que possuem relação direta com o desenvolvimento.

As políticas públicas e legislação pertinentes ao turismo são tratadas de modo geral em disciplinas na UFPR Setor Litoral, que inclui instrumentos de planejamento e gestão territorial, legislação ambiental e patrimonial, em disciplina optativa na UEPG, abrangendo o papel público e privado no fazer turístico, em disciplina específica optativa e menção à legislação ambiental, na UFPR, em disciplina optativa na UNICENTRO, abordando a municipalização e regionalização, em disciplinas específicas deste tema na UNIOESTE, que aborda a legislação aplicada também ao turismo regional e local, além de discutir a política social e econômica do Brasil a questão do desenvolvimento social e os ideais de desenvolvimento. Na UNESPAR Campo Mourão, além das políticas públicas de turismo de forma ampla, fazem parte dos conteúdos as políticas e legislação aplicadas ao ecoturismo, ao turismo rural, à urbanização, à educação ambiental, ao meio ambiente, ao patrimônio histórico-cultural e ao empreendedorismo. Os três últimos itens também estão presentes em disciplinas ofertadas pela UNESPAR Apucarana. Todas as universidades pesquisadas, portanto, oferecem uma base no que se refere às políticas públicas e legislação do turismo, o que possibilita pensar o planejamento desta prática aplicada ao desenvolvimento do território.

Tendo isso em vista, puderam ser observados conteúdos que buscam nortear a gestão pública do turismo e o planejamento territorial. O plano de desenvolvimento do turismo é citado nas ementas de disciplinas dos cursos da UFPR Setor Litoral e da UEPG. Nesta primeira, a perspectiva da gestão e

planejamento territorial do turismo é discutida sob o viés do uso de sistemas e tecnologias, na disciplina de Tecnologia da informação em turismo.

A UEPG oferece uma abordagem mais completa nas disciplinas de Planejamento e organização do turismo I e II, colocando o planejamento como fator indispensável para a promoção do desenvolvimento socioeconômico sustentável, a minimização de impactos e o favorecimento das comunidades locais. Ao prever a discussão acerca dos planos de desenvolvimento do turismo à nível estadual e municipal, considera as especificidades, diferenças e características regionais. As dimensões social, cultural, ambiental e econômica da dinâmica urbana são parte da ementa da disciplina de Planejamento do turismo em áreas urbanas, da UNICENTRO. Nesta universidade, a disciplina de Planejamento e organização do turismo ainda aborda a organização estrutural pública e privada e os planejamentos turísticos sustentável, regional e municipal. A disciplina optativa Turismo e desenvolvimento regional oferece mais subsídios para a questão do planejamento, embora o desenvolvimento seja tratado com um caráter econômico, permite a discussão das dimensões geográfica, econômica, cultural e organizacional do turismo, bem como os elementos e gestão dos indicadores do desenvolvimento do turismo regional.

Na UNIOESTE, a disciplina de administração aborda os fundamentos da administração pública no Brasil, enquanto na UNESPAR Campo Mourão, a disciplina optativa Cidades e turismo discute a relação sociedade-natureza e produção no espaço urbano, assim como a sociedade moderna e a tendência pela busca de espaços verdes, considerando o planejamento neste ambiente.

Os conteúdos relacionados às políticas públicas e gestão pública do turismo, principalmente no que se refere ao planejamento territorial e ao desenvolvimento, aparentam, em um primeiro momento, possuir uma variabilidade considerável em suas formas de abordagem e conceitos. Percebe-se nesse caso, uma lacuna a ser preenchida em relação à uma base teórica mais desenvolvida e unificada que se aproxime do ideal de desenvolvimento territorial sustentável.

Interpretação e valorização do patrimônio cultural, cultura e identidade



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

O patrimônio em suas diferentes categorias ocupa espaço de destaque no turismo, por ser atrativo em diferentes segmentos turísticos, seja como atração principal ou complementar da experiência do turista. Diante disso, todos os cursos pesquisados possuem disciplina específica para tratar do patrimônio, que em suas ementas permitem o conhecimento de conceitos, categorias histórica, cultural e natural, material e imaterial, as formas de manifestações artísticas, a preservação e conservação do patrimônio, bem como sua interpretação para fins educativos e de identificação de usos para o turismo, legislação, o papel do turismo na valorização e conservação do patrimônio, órgãos de proteção do patrimônio e cartas patrimoniais.

A cultura aparece nos conteúdos tanto como um estudo conceitual como na análise de seus aspectos vinculados à prática turística. Na UFPR Setor Litoral, a ideia de cultura é discutida junto com a de identidade local, esta com ênfase no litoral do Paraná. Na UEPG, a disciplina de Antropologia social do turismo traz a compreensão de diferentes universos culturais associados com a função social e humanística do turismo, bem como um estudo sobre as relações sociais. A disciplina optativa de Turismo, cultura e identidade, por sua vez, permite uma abordagem mais completa sobre essa relação, colocando o turismo como um fenômeno cultural e discutindo a relação turista/comunidade local, assim como o conceito de etnicidade. A UFPR aborda a cultura de forma direta em duas disciplinas específicas, uma obrigatória e outra optativa. Na obrigatória, intitulada Tópicos especiais de história e cultura, as manifestações culturais são estudadas como uma forma de constituição do campo epistemológico da história, enquanto na optativa, Turismo e cultura popular, são tratados o folclore, literatura oral e escrita, música e dança, festas populares, gastronomia típica e artesanato como manifestações culturais e sua relação com o turismo. Na UNICENTRO é ofertada a disciplina de turismo cultural, que apresenta os conceitos pertinentes a este segmento bem como suas implicações práticas. A cultura como um conceito antropológico aparece na disciplina de Antropologia da UNIOESTE, que também aborda a questão da identidade social. Além disso, a cultura é discutida na disciplina de Território e sociedade. Na UNESPAR Campo Mourão, o tema é discutido sob a perspectiva do meio ambiente na disciplina

optativa de Antropologia aplicada ao turismo, sendo abordados também o conceito de aculturação e os impactos culturais e sua relação ambiental nos núcleos receptores. Assim como em Campo Mourão, o curso de Apucarana da UNESPAR aborda a cultura em disciplina voltada à antropologia, abordando também as representações simbólicas, o relativismo cultural e o etnocentrismo, assim como aspectos da cultura africana e indígena no Brasil.

Outro conceito importante que surge nas discussões entorno do patrimônio e da cultura nos conteúdos programáticos é o de memória, relacionada à história das comunidades, presentes em ementas dos cursos da UEPG, UFPR, UNIOESTE, UNESPAR Campo Mourão e UNESPAR Apucarana. Tal discussão é importante na compreensão do processo de formação de identidades locais e da existência de patrimônios histórico-culturais, assim como suas influências nas relações das comunidades locais com o turismo e oferta de atrações turísticas. Ademais, esses aspectos são importantes no processo de engajamento da população local com a própria organização no mercado turístico.

De forma a permear os temas centrais de outras disciplinas, os aspectos culturais aparecem em na elaboração de roteiros turísticos (disciplina Transportes e roteiros, da UEPG), na alimentação (disciplina de Planejamento e gestão de alimentos e bebidas I, da UFPR), na relação com a educação e educação patrimonial (disciplina optativa Turismo e educação I, da UFPR), na culinária brasileira e internacional (disciplina de alimentos e bebidas, da UNICENTRO), na história do Brasil (disciplina de História do Brasil, na UNIOESTE), na gastronomia na perspectiva da identidade cultural e de um fator de regionalização e busca de raízes (disciplina de Gestão da gastronomia, na UNIOESTE, disciplina de Gastronomia e turismo, na UNESPAR Campo Mourão, e disciplina de Gestão de negócios da gastronomia, na UNESPAR Apucarana), e a sua influência na hospitalidade (disciplina de Hospitalidade, na UNESPAR Campo Mourão).

Os conteúdos programáticos dos cursos, em relação ao patrimônio, cultura e identidade, apresentam muitos pontos em comum e uma abrangência relativamente completa do tema, com uma abordagem tanto conceitual como de

reflexos e usos no setor turístico. Através da valorização desses aspectos culturais e de identidade, o turismo pode ser desenvolvido de modo condizente com o Desenvolvimento Territorial Sustentável, tendo como pressuposto o respeito às particularidades locais e os modos de organização das comunidades receptoras.

Organização produtiva e economia local

A geração e distribuição de renda através do turismo é uma das potencialidades do setor, devendo ser vista em uma perspectiva que vai além das concepções hegemônicas de economia. Os cursos da UFPR Setor Litoral, UEPG, UFPR, UNESPAR Campo Mourão e UNESPAR Apucarana ofertam disciplinas que permitem uma introdução à economia voltada ao turismo, incluindo noções de mercado e suas estruturas, abordagem ambiental da economia, economia para o desenvolvimento, microeconomia e economia local. Pode-se identificar alguns elementos que se aproximam de uma economia que considera aspectos territoriais (ambientais, sociais e culturais), através de menções ao meio ambiente, responsabilidade social, distribuição de renda e fatores culturais e psico-sociológicos. Porém, somente a UFPR e a UNIOESTE trazem conteúdos relacionados à economia solidária em suas ementas. Esta última destaca o foco no cooperativismo, autogestão e cultura organizacional e o papel do profissional de turismo nesse contexto.

O empreendedorismo é bastante presente nos cursos pesquisados como alternativas de geração de renda. Na UFPR Setor Litoral o foco está na atividade turística no Litoral do Paraná, na disciplina de Inovação e empreendedorismo em turismo. A UEPG também possui disciplina específica deste tema, com abordagem em planos de negócios para pequenos negócios. A UFPR faz menção ao empreendedorismo social na disciplina de Ética e responsabilidade social no turismo. A UNESPAR Campo Mourão oferta a disciplina de Negócios turísticos: empreendedorismo e gestão, fazendo uma relação com o meio ambiente e citando as cidades empreendedoras e o empreendedorismo social. O curso da UNESPAR Apucarana, por possuir foco em negócios, possui duas disciplinas voltadas para o desenvolvimento de projetos e negócios sustentáveis

e uma de Consultoria e empreendedorismo em turismo, onde também aborda as questões das cidades empreendedoras e o empreendedorismo social. Além destas, oferece como disciplina optativa Empreendedorismo cultural, onde insere o termo “economia criativa” e os aspectos culturais no mercado e em empresas. É tratada também a gestão de empresas familiares e gestão familiar (UEPG e UNESPAR Campo Mourão) e unidades agrícolas familiares (UFPR).

O segmento que se destaca no contexto da economia local é o do Turismo de Base Comunitária, que possui disciplinas específicas deste tema na UNIOESTE, UNESPAR Campo Mourão (optativa) e UNESPAR Apucarana (optativa), e é abordada na disciplina de Planejamento e gestão do turismo em áreas naturais I da UFPR, discutindo seu planejamento, metodologias e a relação das comunidades com o turismo. Outro segmento que aparece como alternativa para a geração de recursos econômicos e à sazonalidade é o turismo de eventos. A UEPG aborda o papel dos eventos no desenvolvimento de regiões e na reorientação da sazonalidade, que também é apontada na disciplina de Planejamento e gestão de eventos I da UFPR, que ainda menciona a distribuição de renda como fator importante deste segmento. A UNIOESTE aborda a influência socioeconômica dos eventos nos destinos turísticos e região. A UNESPAR Apucarana discute a relação da realização de eventos com o desenvolvimento regional, através do empreendedorismo.

Tendo como principal elemento da organização produtiva e da economia local no turismo na perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável o turismo de base comunitária, nota-se a necessidade da inclusão de mais conteúdos relacionados a isso, em disciplinas obrigatórias, que visem preencher a lacuna das formas de geração de renda às comunidades locais através do turismo. Além disso, há espaço para um aporte teórico mais avançado da economia local nos conteúdos abordados pelos cursos.

Organização social e dispositivos de diálogo

No que se refere à organização social, o turismo de base comunitária, discutido no item anterior, também se caracteriza pelas relações construídas entre os indivíduos de uma comunidade que se organiza para um objetivo

comum, que é a oferta de um atrativo turístico. No processo de autogestão, a participação ativa dos membros da comunidade é essencial.

Em relação ao planejamento do turismo, o planejamento participativo é citado de forma direta nas ementas de disciplinas dos cursos da UEPG, UFPR e UNICENTRO. A UNESPAR Apucarana aborda o papel social do profissional de turismo como sujeito comunicador e o engajamento de *stakeholders*. Nesse sentido, complementar ao seu papel social, a UNIOESTE traz a valorização da articulação e gestão de redes de parcerias e dos métodos e técnicas em negociação e resolução de conflitos como competências técnicas importantes ao profissional do turismo. A questão da educação aparece em disciplinas da UFPR e UNIOESTE, podendo ser fator favorável ao empoderamento dos indivíduos de uma comunidade que estará envolvida com o desenvolvimento do turismo. Em outros segmentos do turismo, o envolvimento da comunidade está presente nas ementas do curso da UFPR relacionadas à organização de eventos e ao turismo rural.

Apesar de aparecerem discretamente nas ementas dos conteúdos programáticos dos cursos, o estímulo à organização social, ao planejamento participativo e a criação de dispositivos de diálogo vem ao encontro do papel do profissional de turismo no que se refere à gestão e ao planejamento tendo em vista o desenvolvimento de um território.

IMPLICAÇÕES PRÁTICAS E/OU TEÓRICAS

A análise dos conteúdos programáticos dos cursos de turismo no Paraná permitiu a obtenção de uma visão geral da base de formação dos profissionais do turismo no estado em relação à busca pelo desenvolvimento territorial sustentável. Desse modo, pôde-se identificar aspectos positivos e negativos quanto à presença ou não de conteúdos referentes às temáticas do DTS e a frequência com que aparecem, bem como a identificação de elementos em comum entre os cursos.

As concepções teóricas de novos modelos de desenvolvimento, desde as dimensões do ecodesenvolvimento de Sachs (1986), que introduz a questão ambiental e de conservação da natureza de forma mais acentuada, e das



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

liberdades substantivas de Sen (1999) como meio e objetivo final do desenvolvimento, com ênfase no desenvolvimento humano e qualidade de vida, às abordagens mais recentes relacionadas ao território (HAESBAERT, 2008; JEAN, 2010; SAQUET, 2013) e ao desenvolvimento territorial sustentável propriamente dito (VIEIRA, 2009) não são tratadas diretamente nos cursos. Porém, os conteúdos fazem alusões indiretas ao desenvolvimento territorial, algumas vezes de maneira mais incisiva, outras de maneira fragmentada e tímida. Ainda que os cursos estejam focados em uma ideia mais amplificada do turismo, a diversidade dos conteúdos trabalhados e dos aspectos discutidos nessas concepções de desenvolvimento indicam a potencialidade do turismo para a promoção de desenvolvimento territorial sustentável. A aproximação teórica entre a gestão ambiental do turismo e o desenvolvimento territorial sustentável contribuem para novas abordagens de planejamento e gestão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre as categorias definidas para análise dos conteúdos programáticos, aquelas em que pôde-se observar o maior número de citações nas ementas das disciplinas, assim como a complexidade em que são tratados os respectivos temas, são as que estão relacionadas à oferta de atrativos turísticos diretamente vinculados à categoria, como a conservação da natureza e o patrimônio cultural. Isso reflete o caráter ainda predominantemente voltado ao mercado do turismo tradicional, embora questões como a de caráter ambiental tenham se feito presentes em diferentes segmentos e disciplinas, dada a emergência das discussões acerca dos impactos ambientais das atividades humanas no planeta. Por outro lado, a multidisciplinaridade dos currículos dos cursos de turismo permite a discussão de diferentes dimensões do desenvolvimento territorial sustentável.

Dois desafios principais podem ser elencados no que se refere aos currículos dos cursos: a abordagem mais incisiva de uma noção de economia e de desenvolvimento que extrapolem a cultura hegemônica de crescimento econômico; e a criação de metodologias e técnicas que estimulem a participação

social, sendo o profissional do turismo o mediador/gestor do processo de planejamento turístico.

Nesse sentido, busca-se resgatar o papel da universidade como uma instituição transformadora da sociedade através da formação de profissionais comprometidos com o bem-estar da sociedade, o desenvolvimento em todas as suas dimensões e a responsabilidade social. Embora os currículos nestas universidades ainda reflitam predominantemente um turismo tradicional, já se observam ajustes que dão maior visibilidade à questões emergentes da sociedade, como meio ambiente, qualidade de vida e outras formas de desenvolvimento.

Os resultados desta pesquisa são limitados aos conteúdos presentes nas ementas das disciplinas dos cursos de turismo do Paraná, não abrangendo os métodos de ensino particulares de cada professor, assim como o aprendizado por parte dos estudantes proveniente de atividades de pesquisa e extensão, que assim como as disciplinas obrigatórias contribuem na formação do turismólogo. Esses fatores, portanto, se configuram como possibilidades para novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

ANDREU, Marta G. N.; ALBERT, Yolanda P. Revisión de Tendencias y Herramientas para la Valoración de la Sostenibilidad del Ecoturismo. In: PORTUGUEZ, Anderson P.; SEABRA, Giovanni; QUEIROZ, Odaléia T. M. M. (Orgs). **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012. p. 204-214.

BARBIERI, José C. **Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2011, 376 p.

BENI, M. C. Política e Estratégia do Desenvolvimento Regional: Planejamento Integrado e Sustentável do Turismo. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 7-17, maio, 1999.

CABRAL, E. R.; DIAS, J. S.; GOMES, S. C. Gestão Ambiental em Espaços de Lazer e Turismo: As Praias Urbanas da Amazônia Brasileira. **Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul, v. 7, n. 2, p. 269-287, abr-jun, 2015.



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 5-15, set-dez, 2003.

ENGELMAN, R.; GUISSO, R.M.; FRACASSO, E.M. Ações de Gestão Ambiental Nas Instituições de Ensino Superior: O Que Tem Sido Feito. **RGSA-Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 22-33, Jan-Abr, 2009.

FIGUEIREDO, Múcio A. *et. al.* Métodos de Pesquisa em Ecologia da Recreação e Ecoturismo: Pisoteio Experimental na Vegetação de Borda de uma Trilha do Parque Nacional da Serra do Cipó, Minas Gerais. In: PORTUGUEZ, Anderson P.; SEABRA, Giovanni; QUEIROZ, Odaléia T. M. M. (Orgs). **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012. p. 230-238.

FURTADO, Celso. Os Desafios da Nova Geração. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 24, n. 4 (96), out-dez, 2004.

HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios a multiterritorialidade. In: Heidrich, A. L. et al. (Orgs). **A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 19-36B.

HANAI, Y. H. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 8, n. 1, p. 198-231, jan-abr, 2012.

JEAN, Bruno. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial sustentável: rumo a um desenvolvimento territorial solidário para um bom desenvolvimento dos territórios rurais. In: VIEIRA, Paulo Freire et. al. (Org.). **Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento**. Florianópolis: APED: Secco, 2010. 488 p.

KRAEMER, M. E. P. A universidade do século XXI rumo ao desenvolvimento sustentável. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa-RECADM**, Campo Largo, v. 3, n. 2, p. 1-21, 2004.

KUNZ, J. G. *et. al.* Gestão Ambiental e Turismo: Pesquisas Recentes no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade – UCS. **Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul, v. 6, n. 4, p. 623-681, out-dez, 2014.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2007. 239 p.

LIMA, R. L.; SILVA, V. P. Gestão ambiental para o turismo excursionista do olheiro de Pureza-RN: uma contribuição da percepção de moradores e excursionistas. **Holos**, Natal, v. 3, p. 120-137, 2011.



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

MILANO, Miguel S. Por que existem as Unidades de Conservação? In: MILANO, Miguel S. (Org.). **Unidades de Conservação: Atualidade e Tendências**. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002.

NASCIMENTO, H. H. O.; SILVA, V. P. Turismo pós-moderno: dilemas e perspectivas para uma gestão sustentável. **Holos**, Natal, v. 3, p. 103-116, 2009.

Novaes, M. H. Gestão ambiental nos meios de hospedagem do espaço rural de Santa Catarina. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 2005, Caxias do Sul. **Anais do Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**, Caxias do Sul: UCS, 2005.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo no Brasil: Análise e tendências**. Barueri: Manole, 2002. 165 p.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: Crescer sem Destruir**. São Paulo: Vértice, 1986. 208 p.

SACHS, Ignacy. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. In: VIEIRA, Paulo Freire (Org). **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007. 472 p.

SALGADO, M. F. M. A.; CATARINO, A. A. A. O papel das instituições de ensino superior na formação socioambiental dos futuros profissionais. In: XXVI Encontro nacional de engenharia de produção - ENEGEP, 2006, Fortaleza, **Anais do XXVI Encontro nacional de engenharia de produção - ENEGEP**, v. 26, Fortaleza, 2006.

SAMPAIO, Carlos A. C.; FERNANDES, Valdir; PHILIPPI JUNIOR, Arlindo. Metodologias PEC & SiGOS: planejamento e gestão de turismo comunitário sustentável IN: Doris Ruschmann, Arlindo Philippi Jr.. **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. Barueri (SP): Manole, 2010, p. 151-171.

SAQUET, M. A. El desarrollo en una perspectiva territorial multidimensional. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v. 2, n. 1, 2013.

SEABRA, Giovanni F. Natureza, Cultura e Turismo em Unidades de Conservação. In: PORTUGUEZ, Anderson P.; SEABRA, Giovanni; QUEIROZ, Odaléia T. M. M. (Orgs). **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012. p. 30-44.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 464 p.

SILVA, G. R. A importância da gestão ambiental na atividade turística: o caso do Hotel Buhler. **Especialize On-line IPOG**, Goiânia, v. 1, n. 5, julho, 2013.

THEODORO, Suzi Huff; CORDEIRO, Pamora M. Figueiredo; BEKE, Zeke. Gestão ambiental: uma prática para mediar conflitos socioambientais. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (Anppas). **Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**. São Paulo, Anppas, 2004, p. 1-17.

TONNEAU, J. P.; VIEIRA, P. F.. Que diretrizes de pesquisa para o desenvolvimento territorial no Brasil? **Eisforia**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 311-334, dezembro, 2003.

UNEP; WTO. Making Tourism More Sustainable: A Guide for Policy Makers. Madrid: World Tourism Organization, 2005. 209 p.

UNWTO. **Sustainable Tourism for Development: Guidebook**. Madrid: World Tourism Organization, 2013. 226 p.

URBAN, Teresa. **Saudade do matão**: relembando a história da conservação da natureza no Brasil. Curitiba: Editora UFPR, 1998. 371 p.

VIEIRA, P. F. Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo. **Eisforia**, Florianópolis, v. 1, n. 1, jan-jun, 2003.

VIEIRA, P. F. Políticas ambientais no Brasil: Do preservacionismo ao desenvolvimento territorial sustentável. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 8, n. 14, p. 27-78, abril, 2009.